

Economia



NO BRASIL

Dono da Claro diz que vai investir R\$ 40 bi

Recursos serão usados em rede de 5G e fibra no país nos próximos cinco anos

PÁG. 13
ACessar
O conteúdo
desta
página
em
qualquer
dispositivo

Benefício social. Luana dos Santos Nunes e sua filha moram na favela do Sol Nascente, no Distrito Federal, com mais de 10 filhos. Bolsa Família de R\$ 700 permitiu melhorar um pouco a alimentação da família

RETRATOS DO BRASIL

MISÉRIA NO MENOR NÍVEL

Bolsa Família maior ajudou. Mas há 16,9 milhões na extrema pobreza

VINÍCIUS NEDER, CAROLINA NALIN, RENAN MONTEIRO E ARTHUR FALCÃO*
colaboração de
Renan Monteiro

A volta da Bolsa Família "turbinado", após o governo Luiz Inácio Lula da Silva tornar definitivo, em 2023, o reajuste feito no ano anterior pelo governo Jair Bolsonaro no Auxílio Brasil, levou a miséria ao menor nível de que se tem registro nas estatísticas. Apesar da redução, os cálculos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), com dados divulgados ontem pelo IBGE, mostram que há 16,9 milhões de brasileiros em extrema pobreza, 8,3% da população total.

Pelos critérios da FGV Social, extremamente pobres são as pessoas com rendimento domiciliar igual ou abaixo de R\$ 303 por mês por pessoa. É o caso de uma família formada por dois adultos e duas crianças que passe todo o mês com R\$ 1.212 para dar conta de todos os gastos.

Em 2022, com o reajuste do então chamado Auxílio Brasil, a pobreza extrema já havia caído. Saiu de 14,1% da população em 2021 — maior patamar da série histórica desde 2012, segundo o FGV Social — para 9,6%, o equivalente a 16,9 milhões de brasileiros.

O Bolsa Família impulsionou a renda dos mais pobres. Segundo o IBGE, os ganhos médios dos 5% mais pobres do país saltaram 38,5% ano passado, mas, ainda assim, para um valor muito baixo: R\$ 126 por pessoa ao mês.

ALIVIO PARA A FOME

Luana dos Santos Nunes, que mora na favela do Sol Nascente, no Distrito Federal, vive com três filhos, incluindo uma criança de 3 anos. Ela recebe o Bolsa Família há aproximadamente três anos, no valor de R\$ 700, considerando o pagamento adicional de R\$ 150 pela criança.

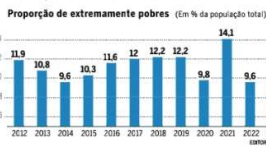
— Esse aumento fez diferença. Dá para comprar o básico e ir levando a vida. Eu queria mesmo é trabalhar, mas ainda não dá, com os filhos — afirma

OS NÚMEROS NO PAÍS



Fonte: FGV Social, com dados do IBGE

Cálculos da FGV Social mostram que avança a renda dos mais pobres, mas o número de miseráveis



Fonte: FGV Social, com dados do IBGE

a dona de casa de 38 anos, completando que o ganho na renda mensal permitiu diversificar um pouco a alimentação da família, mas, ainda assim, a partir do dia 20 de cada mês, é preciso economizar ao máximo nas compras.

Sandra Nunes, de 51 anos, líder comunitária de uma área do Sol Nascente conhecida como "Fazendinha", ressaltou a importância da Bolsa Família: — São mais ou menos 400 pessoas aqui na Fazendinha. A maioria depende do Bolsa Família. Seria difícil viver, não sei como seria. O trabalho que

tem é como carroceiro e para reciclar (como catador). Moradora de Queimados, na Região Metropolitana do Rio, Jaciara Guedes, de 27 anos, recebe o Bolsa Família há cinco anos e também contou que os reajustes no benefício evitaram a fome: — Hoje em dia, conseguir um emprego está sendo muito difícil. (Com esse aumento) pelo menos você não morrerá de fome. O básico você consegue. Comprar um arroz, um feijão. Não consegue ter lúxos, mas se sustenta no básico.

No primeiro trimestre de 2022, antes do reajuste do Auxílio Brasil e após a miséria ter registrado recorde em 2021, 33 milhões de brasileiros estavam em insegurança alimentar grave, com as famílias passando por episódios de fome, segundo estudo da Pensam, rede de pesquisadores em segurança alimentar. Nos três últimos meses do ano passado, esse número caiu para 20 milhões, conforme atualização calculada pelo Instituto Fome Zero.

Segundo o levantamento do FGV Social, o menor ní-

vel de brasileiros abaixo da linha de extrema pobreza havia sido em 2020, auge da pandemia, quando o Auxílio Emergencial levou a política de transferência de renda a uma abrangência nunca vista, em beneficiários e nos valores. A miséria foi ainda menor em 2023 porque o Bolsa Família ampliado durou o ano todo, diferentemente do benefício de 2020, disse Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Apesar da ampliação do programa de transferência, o economista chamou a atenção para o fato de que não foram só os muito pobres que viram seus ganhos saltar no ano passado. Com o mercado de trabalho aquecido, os rendimentos médios cresceram ao ritmo de dois dígitos em praticamente todas as faixas de renda.

MÉDIA RECORDE Na média nacional, a alta foi de 11,5%, para R\$ 1.848 por pessoa por mês. É o valor recorde no rendimento médio de todas as fontes de renda, superando o pico anterior, visto em 2019, antes da pandemia de Covid-19.

— O que impressiona mais é o crescimento. Foi um crescimento para todos. O bolo cresce, mas com mais fermento entre os mais pobres, para os quais há o efeito do mercado de trabalho, e um destaque para o efeito do Bolsa Família — disse Neri, ressaltando que o crescimento da renda média foi muito superior ao crescimento econômico, de 2,9%, o que significaria que "a renda está chegando às pessoas". Para o economista Pedro Fernando Nery, professor do Instituto Brasileiro de Economia, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e assessor do vice-presidente Geraldo Alckmin, os dados do IBGE deixam um recado para a política fiscal, num momento em que o equilíbrio das contas do governo está em xeque. Políticas como o Bolsa Família devem ser prioridade. Ao mesmo tempo, o fato de que o grupo do 1% mais rico — em torno de 2 milhões de brasileiros — ter tido um ganho de 13,2% no rendimento em 2023 (para R\$ 20.664 por pessoa por mês), acima da média, oga o holofote no debate sobre uma tributação mais progressiva.

— Se tenho déficit (saldo negativo entre receitas e despesas nas contas públicas) e os ricos estão ficando mais ricos do que a média, passou da hora de discutir o aumento da tributação da renda — disse Nery, reconhecendo que essa medida não seria suficiente para cobrir o rombo fiscal. — Talvez precisemos fazer alguma coisa do lado da despesa, para termos uma eficiência maior, para que os demais programas tenham a eficiência que tem o Bolsa Família. *Estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira

Benefício social impediu que a desigualdade de renda aumentasse

A desigualdade de renda ficou estagnada no país em 2023, mas se manteve nas mínimas da série histórica do IBGE, iniciada em 2012. O Índice de Gini — um dos principais indicadores de concentração de renda, que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais perto de 1, mais desigual é o país — de

todos os rendimentos ficou em 0,518 ano passado, o mesmo valor de 2022. Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal do grupo de 1% mais rico — em torno de 2 milhões de brasileiros — é 39,2 vezes o registrado pelos 40% mais pobres. O 1% mais rico ganhou R\$ 20.664 por pessoa por mês, aumento de

13,2% em relação a 2022 (R\$ 18.257). Foi uma alta acima da média nacional, de 11,5%. Entre os 10% mais ricos — R\$ 7.580 por pessoa —, o ganho médio, incluindo todas as fontes, foi de 14,4 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres (R\$ 527).

A desigualdade só não aumentou por causa do Bolsa

Família, que ajudou a evitar uma concentração maior da riqueza no país. Isso porque a renda do trabalho ficou mais desigual, já que salários dos trabalhadores que ganham mais tiveram alta maior do que os ganhos dos empregados de renda mais baixa.

Considerando só a renda de todos os trabalhos, sem os

"outros rendimentos", onde entra o Bolsa Família, o Índice de Gini subiu para 0,494, ante 0,486 em 2022. Luiza Nassif-Pires, diretora do Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP), afirma que o Bolsa Família tem impacto relevante na redução da pobreza,

mas é insuficiente para reduzir a concentração de renda. Isso porque a renda no Brasil é concentrada no topo da pirâmide.

— O 1% mais rico detém em torno de 25% da renda total. A desigualdade aqui é muito acentuada no topo. Para combater isso é preciso preciso taxação dos mais ricos, em um país onde a tributação de renda não é suficientemente progressiva. (Vinicius Neder e Carolina Nalin)